

## Moção 57

# ***Pela promoção da soberania digital e da justiça algorítmica***

### **I. Enquadramento e considerandos**

Não é original dizer-se que as tecnologias digitais constituem infraestruturas centrais da sociedade contemporânea, atravessando as mais diversas dimensões da realidade social, da qual são simultaneamente produto e produtoras. Nesse sentido, ocupam um lugar central na política, não apenas porque transformam o fazer político, mas também porque se encontram no centro da luta pela justiça, igualdade e liberdade.

É assim há algumas décadas com a Internet, que levantou questões de liberdade de expressão, partilha e acesso, de produção de novas desigualdades, de circulação e partilha de informação e desinformação ou de propriedade intelectual dos conteúdos. É assim com a produção do próprio software, no centro da disputa sobre a dependência de monopólios, a mercantilização da informação e a falta de autonomia do utilizador. E é seguramente assim nos dias de hoje, com o crescimento acelerado da Inteligência Artificial Generativa, num mundo datafocado, onde as Big Tech extraem de forma pouco ou nada ética quantidades massivas de informação pessoal, que depois resultam em modelos que perpetuam ou aumentam desigualdades (o chamado viés algorítmico) ou em estratégias de profiling e personalização extremas que reduzem a autonomia individual. Tudo isto, sabemos, com impactos ambientais crescentes.

O debate em torno destas tecnologias não tem de se limitar ao entusiasmo desmedido pela tecnologia, ao pânico ou à derrota. Não podemos fingir que vivemos num mundo que não existe, mas também não precisamos de aceitar de forma acrítica aquilo que nos servem. As escolhas tecnológicas não são neutras, devem ser objeto de reflexão política e ética, para que possamos coletivamente escolher as melhores opções. A promoção de literacia sobre o funcionamento e as implicações dessas escolhas permite-nos tomar decisões mais éticas, mais democráticas e mais justas.

Esta moção vem apelar ao LIVRE que, enquanto partido progressista e comprometido com a liberdade, a democracia e a sustentabilidade, assuma plenamente o seu lugar nesta arena de disputa política, mantendo e reforçando o alinhamento entre o seu discurso político fundador, o discurso político específico do campo da tecnologia digital e as suas práticas concretas, assegurando que, tanto na escolha das ferramentas que usa, como nas posições públicas que assume, se refletem os ideais do partido.

### **II. Princípios para uma infraestrutura digital ética**

O LIVRE deve reconhecer como princípios orientadores para a adoção de ferramentas digitais:

- O respeito pela autonomia, liberdade e dignidade humanas, assegurando que cada pessoa é livre de fazer as suas escolhas, que a tecnologia não está a assumir decisões que apenas podem ser humanas e que o acesso à cultura e à informação não está a ser restringido por sistemas de personalização algorítmica.
- O direito à privacidade, ao esquecimento, à proteção dos dados pessoais e à segurança da informação, tanto do ponto de vista individual como das comunidades vítimas de colonialismo de dados e das entidades coletivas.

- A soberania digital, assegurando que cidadãos, organizações, instituições públicas e o Estado mantêm autonomia e capacidade de controlo sobre as escolhas digitais e têm acesso a infraestruturas críticas, reduzindo-se a dependência de plataformas monopolistas.
- A transparência, promovendo-se tecnologias auditáveis, compreensíveis e sujeitas a escrutínio democrático.
- A acessibilidade e a inclusão, combatendo-se a infoexclusão, o agravar das desigualdades e promovendo-se a literacia e o acesso digital pleno e emancipatório.
- A igualdade, justiça e não discriminação, através de mecanismos de controlo do viés algorítmico que combatam a estigmatização de certos grupos sociais induzida pela IA
- A sustentabilidade social, económica e ambiental, promovendo-se uma utilização responsável dos recursos materiais e energéticos associados às infraestruturas digitais.

### III. Proposta

Acreditamos que a credibilidade de um projeto político que defende a democracia, a transparência e a autonomia coletiva depende também da forma como organiza as suas próprias infraestruturas digitais. Propomos, assim, aos órgãos competentes do partido:

- Realizar uma avaliação periódica das ferramentas digitais utilizadas pelo LIVRE, considerando os critérios acima referidos. Elaborar um plano de transição progressiva para alternativas mais alinhadas com estes princípios sempre que possível e necessário.
- Privilegiar, sempre que for viável, o uso de software livre, formatos abertos e soluções interoperáveis que permitam a portabilidade dos dados;
- Usar ferramentas em conformidade com o RGPD para a recolha e armazenamento de dados.
- Desenvolver orientações internas de utilização ética da inteligência artificial, favorecendo, o uso de modelos transparentes, explicáveis e passíveis de execução local, que usem modelos treinados de forma ética e que sigam normas de proteção de dados, mitigação de enviesamentos e supervisão humana.
- Promover a literacia crítica interna nestas matérias através de ações de formação e produção de materiais explicativos

Simultaneamente apelamos ao LIVRE para que assuma um lugar de protagonismo na luta pela democracia digital e pela justiça algorítmica, defendendo:

- A soberania digital europeia e a criação e utilização de infraestruturas digitais públicas ou comunitárias para funções estratégicas.
- A adoção de software livre e formatos abertos na Administração Pública
- O uso de inteligência artificial ética e alinhada com os direitos fundamentais, e a inclusão de requisitos de transparência, auditoria e explicabilidade nos sistemas de IA utilizados em contextos de elevado impacto social
- O acompanhamento crítico da implementação nacional e subsequente definição de mecanismos de supervisão e fiscalização do AI Act.
- O reforço da literacia digital e da literacia em IA como um mecanismo básico de cidadania e capacitação, nas escolas, universidades e na formação ao longo da vida.
- A definição de critérios ambientais e energéticos mais exigentes para centros de dados e infraestruturas digitais.

### **Proponentes**

- Inês Pereira